

CONCURSO PÚBLICO
POMBOS - GRUPO 2 - 19/11 - TARDE



[NS] ADVOGADO

igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens que se seguem.

01. No sentido político, a Constituição é uma decisão política fundamental, gerada de um ato constituinte, fruto de uma vontade política fundamental.
02. Os Municípios têm competência para instituir o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).
03. Os bens públicos, divididos em três categorias (de uso comum do povo, de uso especial e dominicais), são passíveis de uso pelas pessoas jurídicas de direito público detentoras ou podem ser cedidos a outros entes públicos. Apenas os bens de uso especial e dominicais podem ser utilizados por particulares.
04. O controle de constitucionalidade é um mecanismo que verifica a compatibilidade das leis e atos normativos com a Constituição, e pode ser realizado de forma preventiva ou repressiva. No entanto, não se aplica a omissões dos poderes públicos quando eles deixam de regulamentar as normas constitucionais de eficácia limitada.
05. As imunidades tributárias são concedidas de forma automática a todas as entidades religiosas no Brasil.
06. Cargo público é ocupado por servidor público, concursado e com estabilidade após o estágio probatório de 3 anos. Emprego público é aquele em que você pode atuar em empresas da administração pública indireta. Função pública pode ser exercida sem cargos, como por exemplo, por temporários que estão no regime administrativo especial.
07. Segundo o Decreto Lei n.º 20067, a descentralização da atividade administrativa na Administração Federal ocorre em três planos: entre os órgãos federais, diferenciando claramente direção e execução; entre a Administração Federal e as unidades federativas, por meio de convênios, quando estas estiverem preparadas; e da esfera federal para o setor privado, através de contratos ou concessões.
08. O dolo acidental, se ocorrer, não anula o negócio, mas implica responsabilidade por danos. Ainda que o acordo se concretize de outra maneira, o responsável pelo erro é obrigado a compensar as perdas.
09. A Administração Direta é formada pelos órgãos públicos que fazem parte do Estado e exerce suas funções de maneira centralizada, enquanto a Administração Indireta é formada por órgãos que não pertencem ao Estado, mas são ligados a ele e desenvolvem atividades administrativas para o Estado de maneira descentralizada.
10. De acordo com a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social são classificados em duas categorias principais: segurados e dependentes. Os segurados são aqueles que contribuem para a Previdência Social e estão, portanto, cobertos por ela. Os dependentes são aqueles que dependem economicamente dos segurados e têm direito a receber benefícios em determinadas situações, como no caso de morte do segurado.
11. O Direito da Seguridade Social no Brasil não possui princípios específicos e não é composto por ações do Poder Público no âmbito da Previdência Social, Assistência Social e Saúde.
12. Qualquer legislador do Congresso Nacional pode propor Emendas Constitucionais, concedendo a todos os membros a prerrogativa de contribuir para alterações na Constituição do país.
13. Os tributos de competência da União não incluem o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
14. No Direito Previdenciário, moléstias ocupacionais são incapacidades que se manifestam devido ao exercício do cargo público. A Constituição Federal assegura proventos integrais ao servidor aposentado por invalidez permanente, decorrente de moléstia profissional.
15. Quando, por 3 (três) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

16. Embora a Constituição Federal enumere cinco princípios específicos da administração pública, a doutrina reconhece a aplicação de princípios constitucionais adicionais nessa temática, incluindo aqueles não mencionados no texto constitucional, ampliando assim o escopo normativo e interpretativo nesse campo.
17. O Poder Constituinte é o poder que fundamenta a criação de uma nova Constituição e a reforma desse texto constitucional. Nos Estados federativos, esse poder legitima a auto-organização dos Estados-membros por meio de suas próprias Constituições, bem como as respectivas reformas dos textos constitucionais estaduais.
18. O princípio da anterioridade determina que um tributo pode ser cobrado em qualquer exercício financeiro em que foi instituído.
19. O poder de revisão da Constituição é inerente ao poder constituinte originário, permitindo ajustes na estrutura fundamental do Estado, preservando sua natureza primordial de moldar as leis fundamentais do país.
20. As partes, representadas por seus advogados, buscam uma decisão favorável e, por isso, não se veem obrigadas aos deveres de lealdade e cooperação, pois esses conflitam com a parcialidade presente na causa.
21. A legislação tributária é composta apenas por leis ordinárias e não inclui tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares.
22. Os agentes públicos recebem certas prerrogativas, chamadas de poderes administrativos, enquanto exercem suas funções, mas também têm responsabilidades específicas a cumprir. Essas prerrogativas concedem poderes ao administrador público, ao mesmo tempo em que exigem sua utilização e proíbem a inércia, caracterizando o que é conhecido como o dever de agir.
23. Os tributos são classificados apenas em impostos, taxas e contribuições especiais, não havendo outras categorias tributárias previstas na legislação brasileira.
24. No Direito Civil, a obrigação de dar coisa incerta é aquela em que o devedor se compromete a providenciar, em favor do credor, a tradição (entrega) de um bem móvel ou imóvel, e a escolha da coisa incerta cabe ao credor.
25. As empresas optantes pelo Simples Nacional estão sujeitas à cobrança de todos os impostos federais, estaduais e municipais de forma separada, sem unificação dos tributos.
26. A revisão constitucional, prevista no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, é um procedimento complexo que a reforma constitucional, previsto nos artigos 60 a 69 da Constituição Federal.
27. O Direito Constitucional é um ramo do Direito Público que estuda a Constituição política de um Estado, sistematizando e interpretando as normas gerais de organização dos poderes, de organização do Estado e os direitos fundamentais.
28. No Direito Processual Civil, a tutela de evidência depende da comprovação de perigo, assim como a tutela de urgência.
29. O provimento é uma forma de entrada no serviço público, que pode ser efetivo, quando se trata de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, ou em comissão, para cargos de confiança vagos. A vacância é uma forma de saída do serviço público. A remoção, redistribuição e substituição são formas de movimentação no serviço público.
30. Os Estados não têm competência para instituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos importados.
31. No Direito Previdenciário, as contribuições previdenciárias são pagas pelos segurados e são a base de custeio da Previdência Social. O valor dessas contribuições varia conforme a remuneração do segurado e está sujeito a limites mínimo e máximo estabelecidos por lei.
32. No Direito Processual Civil, a intervenção de terceiros é caracterizada pela permanência de um sujeito, que fazia parte da relação processual, na lide que já estava em andamento.
33. A função administrativa se descentraliza quando o Estado a exerce indiretamente, por meio de entidades administrativas por ele criadas, que compõem a Administração Pública indireta: autarquias, fundações governamentais, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos, delegadas para esse propósito específico.
34. No Direito Processual Civil, a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.
35. No Direito Processual Civil, uma criança que tem o direito de receber pensão alimentícia pode ir sozinha em juízo devido a sua capacidade processual.
36. No sentido jurídico, a Constituição é uma norma jurídica pura, sem qualquer consideração de cunho sociológico, político ou filosófico.
37. No Direito Processual Civil, os atos processuais podem ser praticados de qualquer forma, desde que atendam a sua finalidade essencial, conforme previsto no art. 188 do CPC/15.
38. A competência tributária é delegável, permitindo que um ente federativo transfira a outro o poder de instituir tributos.
39. No Direito Tributário, a competência tributária pode ser delegada a outra entidade que não tenha recebido essa competência constitucional.
40. No Direito Processual Civil, o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não pode ser instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
41. A Seguridade Social é composta apenas pela previdência social, que tem caráter contributivo, sendo de filiação obrigatória. A saúde e a assistência social não fazem parte da Seguridade Social e não são direitos de todos os cidadãos.

42. Um acordo global firmado em Nova York é respaldado pela garantia pessoal de dois acionistas brasileiros sediados em São Paulo. Diante da execução iniciada no Brasil por inadimplência, os fiadores contestam a competência da justiça brasileira. No caso, a justiça brasileira é competente devido à residência dos devedores no país.
43. No Direito Civil, o inadimplemento das obrigações é sempre imputável ao devedor, independentemente do tipo de contrato e da parte a quem se imputa o descumprimento.
44. Considerando as espécies de Agentes Públicos previstos na doutrina, com base nas funções a estes atribuídas, Ministros e Secretários de Estados são classificados como Agentes Honoríficos.
45. No Direito Constitucional, o sentido jurídico da Constituição não se refere a um corpo de normas jurídicas fundamentais à estruturação do Estado.
46. No Direito Previdenciário, as disposições constitucionais sobre seguridade social englobam a saúde, a previdência e a assistência social. Essas disposições são regidas por princípios como a universalidade de cobertura e atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração.
47. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), anteriormente conhecida como Lei de Introdução ao Código Civil, não estabelece regras gerais sobre a aplicação das leis no Brasil.
48. No Direito Previdenciário, o salário de benefício é a base de cálculo da renda mensal inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, nos termos do art. 28 da Lei n. 8.213/1991 e do art. 31 do Decreto n. 3.048/1999. Em geral, esse valor é obtido através de uma média aritmética simples dos salários de contribuição (SC) encontrados no período básico de cálculo.
49. Na esfera da responsabilidade civil, geralmente, a compensação é determinada pela gravidade do prejuízo. Se a lesão resultar em incapacidade para o exercício profissional ou redução da capacidade de trabalho, a indenização abrangerá despesas médicas, lucros cessantes até a recuperação total e uma pensão correspondente ao valor do trabalho impossibilitado ou da perda sofrida. A vítima pode optar por receber a indenização de forma única e previamente estipulada.
50. No sentido sociológico, a Constituição é considerada um fato social e não uma norma, sendo a soma dos fatores reais de poder que vigoram na sociedade.
51. As normas de seguridade social não necessitam de interpretação e aplicação específicas, pois são autoexplicativas e não requerem análise contextual ou integração com os princípios norteadores e demais institutos aplicáveis.
52. As fontes de custeio da seguridade social estão previstas no art. 195 da Constituição Federal do Brasil, que serão provenientes de recursos dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e das chamadas contribuições sociais. Assim, o financiamento da seguridade social será imputado a toda sociedade de forma solidária. Além disso, a natureza jurídica da contribuição à seguridade social é de uma contribuição social, que é uma espécie de tributo.
53. A inconstitucionalidade por ação ocorre quando uma norma jurídica fere a Constituição, enquanto a inconstitucionalidade por omissão ocorre quando a Constituição determina que uma lei deve ser criada e o legislador não cria a lei. No entanto, a inconstitucionalidade por omissão não pode ser corrigida por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).
54. No Direito Previdenciário, o acidente de trabalho ocorre pelo exercício do trabalho, causando lesão ou perturbação funcional que cause morte ou perda/redução da capacidade para o trabalho. O auxílio-acidente é um benefício previdenciário devido ao segurado acidentado, quando resultarem sequelas que reduzem a capacidade para a atividade laborativa habitual.
55. O Estado é uma entidade que possui três elementos indissociáveis: povo, território e governo soberano. No entanto, o Estado não é considerado uma pessoa jurídica de direito público.
56. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social se classificam como segurados e dependentes.
57. O juiz resolve o processo sem julgamento do mérito quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
58. No Direito Processual Civil, o processo civil começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
59. No Direito Civil, o adimplemento das obrigações pode ser realizado de duas formas: direta, que é o pagamento em dinheiro ou na realização de alguma obrigação de fazer; e indireta, que inclui imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, transação, entre outras.
60. No Direito Previdenciário, benefícios e serviços são pagos pelo INSS ao trabalhador que contribui e cumpre os requisitos da lei. O valor varia conforme as contribuições, o tipo de benefício e a forma de cálculo. Esses benefícios são regidos por princípios como a universalidade de cobertura e atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento.
61. No Direito Previdenciário, o regime de previdência dos funcionários públicos é conhecido como Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Esse regime é instituído pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para amparar seus servidores públicos titulares de cargos efetivos. Cada unidade de Administração Pública possui autonomia para definir suas próprias regras previdenciárias.

62. No contexto do Direito Civil no Brasil, somente indivíduos físicos são reconhecidos como sujeitos com capacidade de possuir direitos e deveres legais, excluindo entidades jurídicas e outras formas de organizações como titulares dessas prerrogativas legais.
63. O Direito Administrativo, enquanto fenômeno jurídico, é o conjunto de princípios, leis, usos e costumes que regulam o exercício, pelo poder público, da função administrativa, entendida esta segundo o critério pluridimensional orgânico-material-formal.
64. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, a União tem competência privativa para legislar sobre a seguridade social. No entanto, por meio de lei ordinária, pode-se autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relacionadas à seguridade social. Além disso, a competência para editar normas gerais e específicas em relação à seguridade social é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Os Municípios também podem legislar sobre a organização de seus próprios regimes, essa possibilidade decorre do artigo 30, I da Constituição, que dá a este ente federativo o poder de competência em assuntos de interesse local.
65. No Direito Processual Civil, o princípio da publicidade dos atos processuais significa que todos os atos processuais devem ser realizados em segredo, sem a presença de terceiros.
66. A Constituição Federal de 1988 não é a principal fonte do Direito Tributário brasileiro e não dá diretrizes gerais para o sistema tributário.
67. À luz do Direito Civil, é correto afirmar que, se a condição suspensiva for cumprida e a realização do negócio se tornar viável, este será válido.
68. O prazo decadencial para reclamar por defeitos em produtos ou serviços ao consumidor também se aplica à ação de prestação de contas pelo correntista, buscando esclarecimentos sobre taxas, tarifas ou encargos bancários cobrados.
69. O salário de contribuição é a base de cálculo da contribuição previdenciária de todos os tipos de segurado e corresponde à remuneração que o empregado, o trabalhador avulso, o empregado doméstico e o contribuinte individual recebem no mês pelo trabalho realizado e, no caso do segurado facultativo e do segurado especial, ao valor por eles declarado, respeitando os limites mínimo e máximo permitidos.
70. O Direito Administrativo é o ramo do Direito que regula a função administrativa exercida por agentes públicos, órgãos públicos e pessoas jurídicas de Direito Público, ou seja, pela Administração Pública.
73. No Microsoft Word, para adicionar linhas de régua ou linhas de grade ao plano de fundo do documento, o usuário deve acessar a guia "Diagramação", marcar a opção "Estilos" e, em seguida, escolher entre as opções disponíveis de linhas de régua ou linhas de grade.
74. O conjunto a seguir é um exemplo de conjunto de números naturais: $N = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$.
75. Os tempos verbais (presente, pretérito e futuro) se unem aos modos verbais (indicativo, subjuntivo e imperativo) para indicar a forma como ocorrem as ações, estados ou fenômenos expressados pelo verbo.
76. Os advérbios de tempo compreendem termos como: agora, imediatamente, aparentemente e demorar.
77. O acento agudo é o acento mais utilizado na Língua Portuguesa adotada no Brasil e seu uso deve respeitar algumas regras. Por exemplo, as palavras a seguir foram corretamente acentuadas em função da mesma regra: ságaz, cápaz e contumáz.
78. De acordo com a norma culta, no processo de derivação prefixal, na Língua Portuguesa, a palavra primitiva recebe um sufixo precedido de uma vogal atômica, à qual deve-se acrescentar um acento grave.
79. Os pronomes interrogativos e indefinidos têm por função principal apontar para as pessoas do discurso, ou se relacionar com elas, indicando-lhes sua situação no tempo ou no espaço.
80. Nas frases declarativas, o emissor da mensagem constata algum fato de maneira afirmativa ou negativa.
81. Em um grupo de pessoas, é conhecido que 55% jogam no celular, 65% têm redes sociais e 10% não jogam nem têm redes sociais. Pode-se afirmar corretamente que a porcentagem de pessoas que jogam no celular e têm redes sociais é superior a 32%.
82. O monitor de um computador é o equipamento que permite a visualização das informações solicitadas pelo usuário.
83. Considere os seguintes itens: (I) A Lua é o satélite natural da Terra; (II) Ela é uma mulher inteligente; (III) Que dia é hoje?; (IV) Faça a atividade; e (V) Existem pessoas corajosas. Podemos afirmar que apenas dois desses itens são proposições.
84. Utiliza-se o "S" na conjugação dos verbos "pôr" e "querer": pôs, quis, quiseram.
85. A vegetação do município de Pombos (PE) é predominantemente do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Hipoxerófila.
86. Os verbos "amanhecer", "colorir" e "reparar" não são conjugados em todas as pessoas, tempos e modos, ou seja, não tem conjugação completa, e, portanto, é denominado de verbo refletivo.
87. Na oração "Ele preparou uma decoração apenas razoável", o vocábulo "apenas" pode ser corretamente classificado como artigo indefinido.
88. Acém, detém, deténs, entretém, entreténs: são exemplos de palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal grafado -em e -ens.
89. O município de Pombos encontra-se inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

71. A opção de inserir marca d'água permite ao usuário do Microsoft Word adicionar um texto, mas nunca uma imagem, ao plano de fundo do documento que está sendo produzido.
72. As palavras oxítonas são aquelas em que a última sílaba é tônica (mais forte). Elas podem ser acentuadas com o acento agudo e com o acento circunflexo.
73. No Microsoft Word, para adicionar linhas de régua ou linhas de grade ao plano de fundo do documento, o usuário deve acessar a guia "Diagramação", marcar a opção "Estilos" e, em seguida, escolher entre as opções disponíveis de linhas de régua ou linhas de grade.
74. O conjunto a seguir é um exemplo de conjunto de números naturais: $N = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$.
75. Os tempos verbais (presente, pretérito e futuro) se unem aos modos verbais (indicativo, subjuntivo e imperativo) para indicar a forma como ocorrem as ações, estados ou fenômenos expressados pelo verbo.
76. Os advérbios de tempo compreendem termos como: agora, imediatamente, aparentemente e demorar.
77. O acento agudo é o acento mais utilizado na Língua Portuguesa adotada no Brasil e seu uso deve respeitar algumas regras. Por exemplo, as palavras a seguir foram corretamente acentuadas em função da mesma regra: ságaz, cápaz e contumáz.
78. De acordo com a norma culta, no processo de derivação prefixal, na Língua Portuguesa, a palavra primitiva recebe um sufixo precedido de uma vogal atômica, à qual deve-se acrescentar um acento grave.
79. Os pronomes interrogativos e indefinidos têm por função principal apontar para as pessoas do discurso, ou se relacionar com elas, indicando-lhes sua situação no tempo ou no espaço.
80. Nas frases declarativas, o emissor da mensagem constata algum fato de maneira afirmativa ou negativa.
81. Em um grupo de pessoas, é conhecido que 55% jogam no celular, 65% têm redes sociais e 10% não jogam nem têm redes sociais. Pode-se afirmar corretamente que a porcentagem de pessoas que jogam no celular e têm redes sociais é superior a 32%.
82. O monitor de um computador é o equipamento que permite a visualização das informações solicitadas pelo usuário.
83. Considere os seguintes itens: (I) A Lua é o satélite natural da Terra; (II) Ela é uma mulher inteligente; (III) Que dia é hoje?; (IV) Faça a atividade; e (V) Existem pessoas corajosas. Podemos afirmar que apenas dois desses itens são proposições.
84. Utiliza-se o "S" na conjugação dos verbos "pôr" e "querer": pôs, quis, quiseram.
85. A vegetação do município de Pombos (PE) é predominantemente do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Hipoxerófila.
86. Os verbos "amanhecer", "colorir" e "reparar" não são conjugados em todas as pessoas, tempos e modos, ou seja, não tem conjugação completa, e, portanto, é denominado de verbo refletivo.
87. Na oração "Ele preparou uma decoração apenas razoável", o vocábulo "apenas" pode ser corretamente classificado como artigo indefinido.
88. Acém, detém, deténs, entretém, entreténs: são exemplos de palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal grafado -em e -ens.
89. O município de Pombos encontra-se inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú.

90. E-mails estranhos podem ser um indicativo de tentativas de phishing ou de outros tipos de ataques cibernéticos. Se receber um e-mail suspeito, é importante não clicar em nenhum link ou anexo presente nele e não responder ao remetente.
91. A união de conjuntos e a intersecção de conjuntos são exemplos de operações com conjuntos.
92. A classe gramatical dos advérbios de modo é rica em exemplos de palavras derivadas como, por exemplo: corretamente, inesperadamente, parado e quente.
93. São exemplos de verbos no presente do indicativo destacados em letras maiúsculas: Eu ESTOU muito feliz com ele; Eles APRENDEM todos os dias nas aulas; Nós DIVIDIMOS a comida.
94. Dois conjuntos são considerados iguais apenas quando compartilham os mesmos elementos, sem levar em conta a ordem ou repetição desses no conjunto. Portanto, a igualdade se mantém entre conjuntos como $\{3, 4, 5, 6, 7\} = \{7, 3, 6, 4, 5\} = \{3, 3, 3, 4, 4, 4, 5, 5, 6, 7\} = \{3, 4, \{5, 6\}, 7\}$.
95. Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos e conhecer os objetivos da instituição onde atua são deveres dos servidores públicos de Pombos (PE).
96. Considerando as regras de acentuação da Língua Portuguesa, é correto afirmar que a grafia do trecho seguinte obedece à norma culta: Ela póde concluir o trabalho dentro do prázo estabelecido.
97. Está correta a sintaxe da seguinte função no Microsoft Excel: =SSD(h_hora,[meta];núm.caract), na qual o valor [meta] é uma variável.
98. Nas frases interrogativas, o emissor da mensagem interroga sobre algo direta ou indiretamente.
99. A dignidade é um princípio prejudicial à atuação do servidor público municipal e, portanto, é correto afirmar que esse profissional deve agir sem prezar pelo respeito ou pelo cuidado na relação com os usuários dos serviços.
100. Ao Norte do município de Pombos (PE), localiza-se o município de Passira (PE). Ao Sul, por sua vez, localiza-se o município de Primavera (PE).

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO